



Mozarildo pretende saber quantas ONGs existem e como elas atuam no país

## MOZARILDO AGUARDA INSTALAÇÃO DE CPI PARA INVESTIGAR ONGs

O senador Mozarildo Cavalcanti, autor do requerimento de criação da CPI destinada a investigar as ONGs, prevê o funcionamento da comissão a partir de outubro.

PÁGINA 6



Lauro Campos: estruturas mafiosas são criadas para auferir vantagem do Estado

## LAURO ATRIBUI A NORMAS JURÍDICAS PROLIFERAÇÃO DE MÁFIAS

O senador Lauro Campos afirmou, em discurso no Plenário, que as normas jurídicas que privilegiam alguns facilitam a proliferação de "estruturas mafiosas".

PÁGINA 4



## JUCÁ PEDE TRATAMENTO DIGNO PARA OS ÍNDIOS

Romero Jucá lamenta que o país não possa saldar o passivo social com os índios

O senador Romero Jucá manifestou seu apoio a documento final da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, realizada este ano.

PÁGINA 2



## Servidores de tribunais depõem sobre a obra do TRT paulista

Os diretores-gerais do Tribunal Superior do Trabalho, José Geraldo Lopes, e do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, Nancy Rosa Caruso, estão entre os servidores públicos que a Subcomissão do Judiciário deverá ouvir hoje sobre a obra do TRT paulista

PÁGINA 3



Francelino Pereira atribuiu o crescimento do número de acidentes ao aumento da frota de veículos, que passou de 28,2 milhões para 32,3 milhões de unidades no final do ano passado



## Francelino Pereira faz balanço positivo do Código de Trânsito

O uso sistemático do cinto de segurança e os registros de veículos e de carteira de habilitação implantados em 80% dos municípios são citados pelo senador Francelino Pereira como alguns dos êxitos do Código de Trânsito Brasileiro.

PÁGINA 4



Objetivo de José Roberto Arruda é garantir maior celeridade nos processos

## Arruda propõe duas mudanças no Código de Processo Civil

PÁGINA 3

# Ricardo Santos propõe debate sobre violência entre jovens

Objetivo do senador é analisar, na CAS, políticas públicas direcionadas a pessoas com até 24 anos em situação de risco social

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deverá marcar no início de agosto, logo após o recesso parlamentar, a data para realização de audiência pública com o objetivo de debater a questão da violência entre jovens, na faixa dos 15 a 24 anos,



Ricardo Santos defende a profissionalização de jovens mediante cursos específicos

em situação de risco social. Requerimento com esse propósito foi apresentado pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES). Entre os convidados estão Wanda Engel Aduan, secretária de Assistência Social da Presidência da República; Jorge Wertheim, representante da Unesco no Brasil e Mercosul; a deputada federal Rita Camata (PMDB-ES); e Maria Helena Ruy Ferreira, secretária do Trabalho e Ação Social do Espírito Santo.

Deverão ser discutidas nessa audiência, afirmou Ricardo Santos, estratégias e políticas públicas que possam ser direcionadas a estes jovens em situação de risco social, cujas famílias recebem menos de um salário mínimo, e que no Brasil chegam a oito milhões, correspondendo a 25% da

faixa etária entre 15 e 24 anos. "A nossa intenção é lançar o foco para esse problema e discutir ações que sejam eficazes", enfatizou.

Segundo Ricardo Santos, está em início de implementação no Espírito Santo programa com objetivo de combater a violência entre jovens com essas características que, alertou, são facilmente aliciados pelo narcotráfico e pelo crime organizado. Entre as ações do programa, informou o senador, estão a profissionalização dos jovens por intermédio de cursos específicos, o encaminhamento ao trabalho e o atendimento especial para aqueles envolvidos com drogas e outros tipos de delito.

— Nosso objetivo é, a partir dessa experiência inicial, em fase de implementação no Espírito Santo, ampliar o debate no Senado com vistas à concepção de um programa nacional consistente, voltado para a atenção ao jovem em situação de extremo risco social, principalmente nas regiões metropolitanas — ressaltou.

## Projeto de Rocha cria registro para controlar ação das ONGs

Com o objetivo de conhecer plenamente a atuação de organizações não-governamentais (ONGs) estrangeiras que desenvolvem trabalhos no Brasil, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apresentou projeto de lei propondo a criação do registro nacional de ONGs. Na sua opinião, é preciso dotar o país de um instrumento capaz de separar as

boas organizações não-governamentais daquelas que não cumprem o seu papel.

O senador acredita que, sabendo que ONGs atuam no território nacional, será possível fazer um mapeamento dessas organizações e controlar o trabalho por elas desenvolvido, para que este não represente a defesa de interesses estrangeiros prejudiciais ao país.

Brasil 500



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 15 DE AGOSTO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

18h — Subcomissão Permanente do Judiciário  
Pauta: depoimento dos ex-diretores-gerais do TRT/SP Itagiba Souza de Toledo, Nancy Rosa Caruso e Ivan Fredi; e dos membros da Comissão de Licitação César Augusto Gilti e Rubens Aprobato Machado, e do ex-integrante da comissão, Sérgio Prado de Melo. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira  
14h30 — Sessão não deliberativa

Quinta-feira  
10h — Sessão não deliberativa

Sexta-feira  
9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira  
10h — Subcomissão Permanente do Judiciário  
Pauta: depoimento dos ex-juizes presidentes da Comissão de Licitação do Tribunal Regional do Trabalho (SP), Jamil Zantut, Antônio José T. de Carvalho e Luís Carlos Gomes Godoi e dos juizes-membros Décio Sebastião Daidone e Edilson Rodrigues. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

ESPECIAL

Quarta-feira  
12h — Cultura ao Meio-Dia  
Filme: O hotel de um milhão de dólares, de Wim Wenders. Auditório Petrônio Portella



Brasil não pode continuar tratando o índio como indivíduo de segunda classe, afirma Jucá

## Jucá apóia reivindicações apresentadas pelos índios

Ao manifestar solidariedade às conclusões do Documento Final da Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, realizada este ano, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) avaliou que as reivindicações apresentadas não estão em conflito com os objetivos da política indigenista do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

— O que existe é a impossibilidade prática de o Brasil saldar em curto prazo seu imenso passivo social, tanto para com os índios, como em relação aos negros e pobres — afirmou Jucá, que listou as ações necessárias para assegurar condições dignas para as populações indígenas brasileiras.

O senador acredita que o governo federal está firmemente empenhado em garantir a integridade territorial e o patrimônio cultural dos índios. Ao mesmo tempo, Jucá pediu que as entidades que apóiam a causa indígena assumam e conheçam o teor das reivindicações dos índios e que as autoridades nacionais atendam-nas.

— O Brasil não pode ingressar no universo das nações desenvolvidas se continuar a tratar o índio não como um brasileiro e nosso irmão, mas como um cidadão de segunda classe — disse o senador por Roraima, que já foi presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Jucá defendeu a aprovação do



Romero Jucá aponta impossibilidade prática de saldar passivo social com os índios

Estatuto dos Povos Indígenas, que tramita no Congresso Nacional desde 1991, e ressaltou a necessidade de o país defender a cultura, as tradições, as línguas e as religiões de todas as nações indígenas. Para isso, ele destacou a necessidade de reestruturação e fortalecimento da Funai, para dar a prioridade necessária à questão.

— Não estamos, absolutamente, defendendo a paralisação do nosso desenvolvimento econômico em prol da preservação do habitat indígena. No entanto, precisamos encontrar uma solução racional para a construção de hidrelétricas, hidrovias, ferrovias, rodovias e gasodutos, evitando que essas obras produzam efeitos negativos irreparáveis ao meio ambiente e aos povos indígenas — ponderou.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327  
Editor-Chefe: Edson de Almeida  
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Subcomissão retoma hoje investigação da obra do TRT

Um dos depoimentos será do diretor-geral do TST, que é acusado de ter destinado ao fórum de SP recursos previstos para outros tribunais

A Subcomissão do Judiciário retoma hoje as investigações sobre a liberação de recursos para a obra superfaturada do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP). Após colher o depoimento de cinco procuradores da República na semana passada, os integrantes da subcomissão ouvirão, a partir das 18h, as explicações de servidores do TRT e do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Foram convidados a depor o diretor-geral do TST, José Geraldo Lopes, e a diretora-geral do TRT de São Paulo, Nancy Rosa Caruso, que também exerceu o cargo de novembro de 1993 a setembro de 1994 e de setembro de 1996 a setembro de 1998.

Serão ouvidos ainda Itagiba Souza de Toledo, diretor-geral do TRT entre 1991 e 1993, e Ivan Fredi, diretor-geral de 1994 a 1996. Também irão depor dois integrantes atuais da Comissão de Licitação, Rubens Aprobato Machado e César Augusto Gilli, e um ex-integrante, de 1993 a 1998, Sérgio Prado de Melo.

A iniciativa de todos esses convites foi do senador Artur da Távola (RJ), representante do PSDB na Subcomissão do Judiciário. Ao justificar o requerimento para que seja ouvido o diretor-geral do TST, Távola recordou denúncia feita em julho pela revista *IstoÉ* contra José Geraldo Lopes. Segundo a revista, apesar da falta de recursos para ampliação das instalações do próprio TST, ele teria transferido, em 1994, R\$ 3,5 milhões de tribunais regionais e



Artur da Távola foi quem sugeriu todos os depoimentos que serão tomados hoje



A procuradora Maria Luiza Duarte critica o TCU por ter permitido o andamento da obra

do TST para o TRT de São Paulo; e, em 1996, teria convencido oito diretores de tribunais regionais a abrir mão de R\$ 5 milhões em benefício do tribunal de São Paulo.

Távola considerou importante ouvir o depoimento de Itagiba Souza de Toledo porque em 1991, quando era diretor-geral do TRT, ele participava da liberação de recursos para a obra do fórum trabalhista de São Paulo. “O objetivo da subcomissão não é acusatório, mas esclarecedor, para que definitivamente o Legislativo possa dar valiosa contribuição ao Ministério Público, na legítima comprovação de que houve negligência na administração de volumosa quantia”, argumentou o senador.

#### AVAL DO TCU

Na semana passada, a procuradora Maria Luiza Duarte afirmou que as irregularidades ocorridas durante a construção do prédio

do TRT já haviam sido detectadas por auditores em 1992, quando Itagiba ainda era diretor-geral. A abertura de inquérito civil público para apurar o que a procuradora chamou de “escabroso desvio de verbas” ocorreu em maio de 1997. O inquérito foi instaurado após denúncia de superfaturamento feita pelo deputado federal Giovanni Queiroz.

Maria Luiza atribuiu ao Tribunal de Contas da União (TCU) a responsabilidade por não se haver interrompido a tempo a liberação de recursos para a obra do TRT. “A instauração do inquérito civil foi marcada pelo conhecimento consternador de que o TCU havia dado aval para o prosseguimento da obra, malgrado as graves constatações de irregularidades já trazidas a seu conhecimento pelos auditores em São Paulo, ainda em 1992”, afirmou a procuradora.

## José Roberto Arruda quer tornar os processos cíveis mais rápidos

Projeto do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que modifica dois artigos do Código de Processo Civil será apreciado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto altera os artigos 459 e 580 para dar maior celeridade processual.

A proposta elimina a possibilidade de que seja proferida uma sentença ilíquida – indeterminada quanto à espécie e à qualidade do bem a ser entregue pela parte derrotada no litígio. Mesmo que o autor não especifique, em sua

ação, o valor a ser recebido.

Ele também quer que a intimação da sentença condenatória transitada em julgado inicie, independente de qualquer formalidade, a execução civil, para tornar mais rápido o desfecho da lide. Hoje, sendo verificada a condição de inadimplência por parte do devedor, tido como incapaz de satisfazer espontaneamente o direito reconhecido pela sentença, fica a cargo do credor mover uma ação executória.

– A bipartição ou tripartição dos processos carecem de senti-



O projeto de Arruda dá nova redação a dois artigos do Código de Processo Civil

do prático. Produz sobrecarga ao Judiciário e frustra o litigante vitorioso. Sem a solução para essa anomalia, o Judiciário precisa de juízes em triplo para evitar a jactância da parte derrotada no litígio – justifica Arruda.

## Projeto de Hartung amplia fiscalização sobre o Fundef

Projeto apresentado pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES) modifica a estrutura dos conselhos municipais que fiscalizam a aplicação de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), aumentando de quatro para seis o número de seus integrantes. A proposta busca dar mais transparência à utilização dos recursos do fundo.

– O que estamos tentando é fortalecer o controle social, trazendo, ao mesmo tempo, uma maior flexibilidade para o trabalho do Ministério Público. O MP não precisaria solicitar acesso à contabilidade do fundo. O acesso seria imediato: a qualquer tempo e a qualquer hora. É uma mistura de controle social com mecanismo de maior transparência em relação ao uso, à aplicação desse dinheiro – explicou Paulo Hartung em entrevista à Rádio Senado.

Ele lembrou ainda que, além



Paulo Hartung propõe que a sociedade fiscalize os recursos movimentados pelo Fundef

do Ministério Público, qualquer cidadão poderia obter os relatórios de utilização do dinheiro repassado aos municípios, que também divulgariam as informações na Internet.

Pelo projeto, o conselho seria composto por representantes da Secretaria Municipal de Educação e de diretores de escolas. Além deles, seriam indicados por associações ou sindicatos representantes dos servidores das escolas, de professores, de pais de alunos e da comunidade.

Na opinião de Paulo Hartung, o Fundef “organizou o financiamento do ensino fundamental de maneira inteligente”, uma vez que os recursos passaram a ser distribuídos conforme o número de alunos matriculados. Assim, para ter acesso a mais verbas, os municípios têm que aumentar o número de vagas. Mas o senador alerta que tem havido muitas denúncias de irregularidades e “é preciso que a sociedade fiscalize o Fundef”.

## Alcântara defende permissão para polícia infiltrar agentes

Se for aprovado projeto de lei de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), as polícias judiciárias – polícias Federal e Civil – poderão, com autorização judicial, infiltrar agentes por tempo determinado em quadrilhas a fim de desbaratá-las, identificar seus integrantes e demonstrar autoria de crimes.

O projeto, que altera o Código de Processo Penal, será examinado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A atual legislação não prevê a possibilidade desse tipo de operação policial.

O senador Lúcio Alcântara ex-



Para Alcântara, a infiltração dos agentes deve depender de autorização judicial

plicou que a modificação do Código de Processo Penal permitirá às polícias judiciárias melhores condições para prevenir e combater atos ilícitos. O senador espera que a matéria seja submetida a votação o mais rápido possível, diante dos “esforços em torno do controle da violência no país”.

– Seja a Polícia Federal, com as funções de polícia marítima, aérea e de fronteira, seja a Polícia Civil, que atua nos estados, estarão assim melhor aparelhadas para prevenir e combater o crime, dentro da normalidade constitucional exigida pelo estado democrático de direito – afirmou.

# Lauro Campos critica normas jurídicas brasileiras

Na avaliação do senador, a legislação do país tem facilitado a proliferação de estruturas mafiosas, formadas por grupos que querem auferir vantagens em relação ao Estado. É o caso, citou, do desvio de recursos do TRT de São Paulo

O senador Lauro Campos (PT-DF) fez ontem análise do que chamou de “decomposição da sociedade civil” brasileira. Para o parlamentar, o problema tem raízes nas normas jurídicas que privilegiam alguns, facilitando a proliferação de “estruturas mafiosas”, formadas para auferir vantagens em relação ao Estado.

— Nossa máfia é mais bagunçada, sem a organização da máfia original, mas as diversas famílias trocam informações e apoios — disse o senador, referindo-se ao caso dos R\$ 169 milhões desviados do fórum tra-

balhista do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, ocorrido com a colaboração de instâncias do poder institucional.

Lauro Campos enumerou setores em que atuam essas máfias. “Existem diversas máfias, como a da Justiça, em que juízes e desembargadores vendem sentenças e alvarás de soltura para outros mafiosos, e a do Banco Central, que, sem fiscalização, permitiu que o banqueiro Salvatore Cacciola roubasse R\$ 1,6 bilhão em apenas dois dias.” Na avaliação do senador, existem ainda outros grupos,

como a máfia dos remédios, das polícias, das religiões e a das influências, que cerca e auxilia o governo. “A máfia ocupou todos os setores”, afirmou.

## CRISE

Outro tema analisado por Lauro Campos foi a causa das crises econômicas em países ricos. Segundo disse, a História tem demonstrado que crises são conseqüências diretas do acúmulo excessivo de capital e do excesso de produção, que levam à adoção de modelos como o da economia globalizada. Lauro Campos explicou que esses exc-

esos obrigam os países a exportar não só produtos, mas fábricas inteiras, como as montadoras de automóveis. E por acreditarem no equilíbrio, os economistas acabam sendo surpreendidos pelas crises, disse. “Tal como os maridos traídos, os economistas são os últimos a saber que a crise já se instalou”, comparou o senador.

Lauro Campos: “Nossa máfia é mais bagunçada e sem a organização da original”



## Francelino Pereira faz balanço positivo dos resultados do Código de Trânsito



Francelino anunciou a realização da Semana Nacional de Trânsito, a partir de sexta-feira

Ao anunciar a realização da Semana Nacional de Trânsito, a partir da próxima sexta-feira, dia 18, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) classificou o Código de Trânsito Brasileiro, em vigor desde fevereiro de 1998, como a mais importante legislação aprovada pelo Congresso nos anos 90. “O uso sistemático do cinto de segurança, a municipalização do trânsito e os registros de veículos e de carteiras de habilitação já implantados nacionalmente em 80% dos municípios são alguns de seus êxitos”, avaliou.

Francelino reconheceu, porém, que o número de mortos no trânsito

não sofreu a redução que todos esperavam, tendo passado de 24 mil em 1997, antes do código, para 20 mil em 1998, mas tornando a subir para 25 mil em 1999. O senador observou, no entanto, que a frota de veículos passou de 28,2 milhões de unidades para 32,3 milhões no final do ano passado, sem que tenham aumentado as vias de escoamento na mesma proporção.

O senador também atribuiu ao código o bom exemplo de Brasília, onde o respeito à faixa de pedestres é quase total. Segundo disse, as estatísticas mostram que os acidentes com pedestres onde há faixas são qua-

tro vezes menores do que nos locais onde o recurso não está presente, justificando-se assim o *slogan* da Semana Nacional de Trânsito, que diz: “Faixa de pedestre: a vida pede passagem”.

Ao fazer um balanço desses dois anos e meio do Código de Trânsito, o senador aplaudiu a iniciativa de municípios grandes e médios de formar agentes civis e militares especializados no policiamento do trânsito. Ele lamentou, no entanto, que as autoridades ainda não tenham conseguido generalizar a utilização de equipamentos para medir o teor alcoólico no sangue dos motoristas.

## Benefício para cooperativas rurais será votado pela CAE

Deve ser examinado em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que isenta do pagamento de taxas federais e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a compra, por associações e pequenas cooperativas de produtores rurais, de veículos destinados ao transporte de produção agrícola. A proposta altera o Código Tributário Nacional.

— Gostaríamos que a isenção alcançasse também o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), mas trata-se de imposto de competência dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e a isenção só pode ser concedida mediante convênios interestaduais — afirmou o senador na justificativa do projeto.

Antero Paes de Barros observa que a renúncia fiscal decorrente da aprovação do projeto será “diminuída” e que a medida é importante para reduzir a “dívida social para com o sacrificado segmento dos pequenos produtores rurais organizados em associações e cooperativas”.



Antero: autor do projeto que isenta pequenos produtores

## Lobão quer isenção de imposto para obra de arte nacional

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar, em caráter terminativo, projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA) que isenta do Imposto de Importação objetos de arte brasileiros, no caso de terem saído do Brasil e retornarem ao país. Conforme a proposta, o benefício pode ser estendido às importações de peças, de origens diversas, por museus mantidos pelo governo e outras entidades culturais reconhecidas como de utilidade pública.

Segundo Lobão, sua iniciativa pretende corrigir duas “distorções”: a taxação de obras de arte nacionais no retorno ao país e das estrangeiras importadas por museus, desde que não sejam objeto de doação. Os produtos isentos do imposto devem obedecer a uma classificação específica da Nomenclatura Comum do Mercosul



Edison Lobão quer eliminar a taxação de peças que retornarem ao país

(NCM), que trata de quadros, pinturas, desenhos, gravuras, litografias, esculturas e antiguidades com mais de 100 anos.

Apesar de a Constituição determinar a incidência do Imposto de Importação sobre produtos estrangeiros, “o que já deveria ser suficiente para eliminar a tributação na reimportação de produto brasileiro”, Lobão observa que a

praxe e a legislação aduaneiras consideram que esses objetos se desnacionalizam ao serem exportados. Por esse raciocínio, o artigo nacional ao ingressar novamente no país é tratado como estrangeiro, sofrendo taxaço.

O senador maranhense reivindica um tratamento diferenciado para os objetos artísticos, por entender que sua importação repre-

senta “um verdadeiro resgate de um testemunho da memória ou de componente importante da cultural nacional que, por qualquer motivo, havia sido remetido ao exterior”. Em vez de se pensar em taxá-los, Lobão afirma que “o mais lógico” é incentivar o retorno das obras nacionais através da isenção de impostos.

Na verdade, o parlamentar assinala que a isenção de obras de arte, de autoria de brasileiros ou estrangeiros, doadas para museus oficiais e instituições culturais de utilidade pública já está prevista na Lei nº 8.961/94. “Trata-se, agora, de estender a isenção para as obras de brasileiros importadas, assim como de retirar a condição de que os museus e as entidades culturais devam receber a obra por doação para fazer jus ao benefício”, explica.





Patrocínio diz que não adianta o equilíbrio macroeconômico se as crianças sofrem de desnutrição

## Patrocínio pede ações contra a desnutrição e doenças infantis

A fome e a desnutrição são males que já deveriam ter sido banidos do Brasil. Com essa opinião, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) pediu ao governo e à sociedade ações que tenham como objetivo melhorar a vida das crianças, especialmente as mais pobres.

— O Brasil terá um futuro sombrio se não reverter a atual situação de negligência em relação às crianças, principalmente quanto à alimentação, saúde e educação — afirmou.

Assim, Patrocínio enalteceu a ação da Pastoral da Criança, que desenvolve iniciativas para livrar as crianças da desnutrição e, conseqüentemente, de doenças causadas por alimentação inadequada. Segundo ele, o combate à desnutrição não precisa necessariamente de altos investimentos, mas apenas de medidas que garantam alimentação mais racional, como uma multimistura composta por farelo de trigo, milho, arroz, pó de casca de ovo, folha de mandioca, sementes de abóbora, melancia ou melão, que fornece os principais nutrientes para o desenvolvimento da criança.

Além disso, continuou, os cuidados com gestantes, o acompanhamento médico pré-natal, o aleitamento materno e a melhoria na higiene das casas representam importantes medidas para prevenir a desnutrição e as doenças. Nessa linha, ele destacou ações do governo como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Combate às Carências Nutricionais que, na sua opinião, devem receber mais recursos.

— De nada adianta o Brasil estar equilibrado em termos macroeconômicos se a sua população, e principalmente suas crianças, sofre de desnutrição e de doenças endêmicas, prejudicando a inserção do país na economia do futuro — disse o senador.

# Cândido propõe limites para filas nos bancos

Projeto do senador fixa o tempo de espera do cliente em até 20 minutos em dias normais e 30 minutos em véspera de feriado e estabelece punições para a agência que descumprir as normas

As agências bancárias deverão ser obrigadas a colocar caixas em número suficiente para que a clientela não fique mais que 20 minutos em dias normais e mais que 30 minutos em véspera de feriado aguardando para ser atendida. Projeto de lei nesse sentido, de autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), será examinado pelas comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania, onde terá decisão em caráter terminativo.

Cândido justificou sua iniciativa dizendo que é necessário impor limites a “esses banqueiros gananciosos que contam hoje com o aval do Estado, o qual deveria estar defendendo os interesses do público”. Na opinião do senador, o Estado brasileiro “está hoje de mãos dadas com os grileiros do capital”, razão por que o projeto servirá para defender os que estão órfãos de proteção — o povo, usuários e funcionários dos bancos.

O texto de Cândido determina que o cliente de banco seja atendido em tempo razoável e que as agências bancárias informem ao público, em cartaz afixado na entrada do estabelecimento, a escala de trabalho do setor de caixas à disposição.

O projeto também dispõe que o controle do atendimento seja realizado mediante a emissão de senhas numéricas, emitidas pela instituição bancária, onde constarão nome e



Para Geraldo Cândido, usuários e funcionários dos bancos estão “órfãos de proteção”

número da instituição, número da senha, data e horário de chegada do cliente e rubrica de funcionário da instituição.

O atendimento preferencial destinado aos maiores de 65 anos, gestantes, pessoas portadoras de deficiência física ou com crianças de colo também será por meio de senha numérica e com a oferta de, no mínimo, 15 assentos ergonomicamente corretos.

As sanções impostas aos bancos que descumprirem essas exigências irão desde advertência a multa de dez mil a 50 mil Ufirs e interdição do estabelecimento. Isso independentemente de outras ações penais que o caso requerer. As denúncias de usuários contra bancos que descumprirem essas normas deverão ser encaminhadas à Comissão de Defesa do Consumidor.

## Pontes quer facilitar acesso de deficiente a noticiário oficial

Com o objetivo de assegurar aos deficientes auditivos acesso às informações oficiais do poder público transmitidas pelas emissoras de TV, o senador Luiz Pontes (PSDB-CE) apresentou projeto de lei tornando obrigatório o uso do legendamento oculto (*close caption*). Esse recurso técnico, que os aparelhos de televisão produzidos mais recentemente já contêm, permite a transcrição em legendas de tudo o que esteja sendo dito.

Em defesa do projeto, o senador argumentou que um dos impedimentos para a integração dos deficientes auditivos na sociedade é a falta de informação. O legendamento do noticiário oficial pode quebrar a barreira existente entre eles e o Estado, acrescentou.



Luiz Pontes afirma que o projeto pode quebrar a barreira existente entre os deficientes e o Estado

Num momento em que se procura assegurar a todas as pessoas o pleno exercício da cidadania, observou Pontes, “é importante que se possa dar também oportunidade à deficiência auditiva”.

## Projeto de Rocha exclui bens particulares do uso comum

Está tramitando em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de iniciativa do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) determinando que os bens particulares pertencentes a pessoa jurídica de direito privado, ainda que a serviço do interesse público, mesmo quando utilizados como clubes, associações, parques, locais de culto, cinemas ou teatros, não serão considerados de uso comum do povo. A idéia é evitar o entendimento que vem sendo dado pelos tribunais superiores, segundo o qual essas propriedades devem ter uso comum.

— Entendimentos de tribunais têm impedido, muitas vezes, a livre circulação de riquezas. Ao entender de uso comum um imóvel, seu valor cai vertiginosamente no mercado, causando irreparável prejuízo ao seu proprietário, seja pessoa física ou jurídica — afirmou Sebastião Rocha.



Rocha vê “incongruência jurídica” no entendimento de alguns tribunais

O senador acrescentou que essa “incongruência jurídica” se dá materialmente não apenas no momento de um contrato de compra e venda, mas também na tributação sobre o imóvel. “Embora com seu valor aviltado em vista daquele entendimento, seu IPTU e todos os demais impostos e valores incidentes sobre eles continuam os mesmos”, frisou.

## Geraldo Melo defende tarifa de energia reduzida para irrigação

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) acredita que é possível incrementar a implementação de programas de irrigação em propriedades rurais através da redução da tarifa de energia elétrica. Para isso, ele apresentou projeto criando o benefício, pois entende que a redução é necessária para que os produtos brasileiros tenham condições de competir no mercado internacional.

— Se queremos uma agricultura moderna, não podemos pensar em uma agricultura em que não se use a energia elétrica. Uma propriedade que não usa energia elétrica não é um lugar onde se faz agricultura moderna. Agora, para fazer agricultura com os custos atuais da energia elétrica, é impossível — explicou Geraldo Melo.

Para ter direito ao benefício, de acordo com o projeto, o agricultor terá que se cadastrar no Ministério da Agricultura. A redu-



Geraldo Melo considera impossível fazer agricultura moderna com as atuais tarifas de energia

ção da tarifa também alcançará os pequenos agricultores, donos de até 10 hectares de terra, e os assentados do programa de reforma agrária. A Agência Nacional de Energia Elétrica será a responsável pela fiscalização das fazendas beneficiadas.

O projeto será analisado em caráter terminativo nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE).

# Mozarildo prevê para outubro CPI das ONGs

Senador é autor da proposta para que seja criada comissão parlamentar de inquérito que identificaria as organizações que realizam trabalho sério e aquelas que estão no país a serviço de interesses estrangeiros

Autor de requerimento para que seja criada comissão parlamentar de inquérito que investigaria quantas e quais são as organizações não-governamentais (ONGs) em atividade no Brasil e em que área atuam, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) afirmou ontem que, com o apoio de 36 senadores, a CPI deverá ser instalada em outubro.

Mozarildo solicitou informações à Fundação Nacional do Índio (Funai) e recorreu a estudo realizado pela Consultoria Legislativa do Senado para reiterar a necessidade de “separar o joio do trigo”, identificando as ONGs “que trabalham seriamente a favor do Brasil e as que estão a serviço de interesses internacionais”. O parlamentar assegurou que a CPI “não é uma caça às bruxas”.

Conforme estudo solicitado pelo senador, há controvérsia inclusive quanto ao conceito de ONG, que teria surgido no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) com o significado de organização internacional “que não foi estabelecida por acordos governamentais”.

Na opinião de Mozarildo, o mais sério é que à imprecisão conceitual aliam-se aspectos jurídicos também imprecisos e problemáticos, uma vez que as ONGs “recebem recursos que não são declarados e os



Mozarildo Cavalcanti: estudos mostram a necessidade de “separar o joio do trigo”

aplicam fora de qualquer fiscalização governamental”. Como instituições privadas, independentes e autônomas, as ONGs, excetuadas as que recebem recursos orçamentários, não estão sujeitas a controle público, afirmou o senador.

## NÚMEROS

Quanto ao número de ONGs em atuação no país, as informações disponíveis também não são conclusivas, variando conforme a fonte, disse Mozarildo. Ele informou que, segundo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores, em 1991 havia cerca de 1.400 ONGs atuando no país. A revista *Veja*, em 1995, registrou a existência de 3 mil a 5 mil organizações não-governamentais no Brasil. Com critérios mais precisos, a Associação Brasileira de ONGs (Abong) cadastrou 213 afiliadas em 1998.

## Roraima amplia a área de cultivo da soja

A ampliação da fronteira agrícola de Roraima, propiciada pelo cultivo da soja, foi elogiada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR). Conforme disse, a iniciativa está sendo viabilizada pelo Projeto Grãonorte, instituído pelo governo estadual, que reservou à soja 65% da área destinada a plantio no estado, o equivalente a 5.850 hectares.

Na opinião de Mozarildo, mais importante que a dimensão inicial da área de cultivo é observar a rapidez do processo de implantação da soja em Roraima. Em 1999, a cultura ocupou mil hectares, marca que o senador pefelista espera ver superada em breve. Dos 4,5 milhões de hectares de cerrado de Roraima, informou, cerca de 1,5 milhão apresenta vocação para a produção de grãos.

— A soja poderia ocupar cerca de 700 mil hectares, o que representa uma produção potencial de dois milhões de toneladas, ou 6% da produção brasileira atual — mostrou o senador.

Além de sua extensão, a fertilidade das terras do cerrado justifica o otimismo do parlamentar, entusiasmado com os “ele-



O índice de produtividade da soja em Roraima chega a 2,7 mil quilos por hectare

vados” índices de produtividade obtidos nas primeiras colheitas de soja na região: 2,7 mil quilos por hectare.

Outras vantagens de Roraima em relação às outras regiões produtoras de soja do Centro-Oeste, segundo Mozarildo, são as possibilidades de exportação para o mercado vizinho da Venezuela e a redução dos custos de frete

com a pavimentação da rodovia Manaus-Boa Vista (BR-174). “O ministro da Agricultura e do Abastecimento, Pratiní de Moraes, também está realizando um importante trabalho de estímulo à produção agrícola nacional e certamente contribuirá para o desenvolvimento e consolidação dessa nova fronteira de soja no Brasil”, ressaltou.

## Moreira destaca reportagem sobre a agricultura em Rondônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) elogiou reportagem do programa *Globo Rural*, da Rede Globo, sobre os méritos de Rondônia no campo agrícola e a situação dos migrantes paranaenses mais de 10 anos depois da chegada ao estado. O senador destacou que todos os rondonienses estão com o “lombo curtido” devido às críticas — “as justas e as injustas” — que o estado recebe.

Moreira Mendes registrou “a alegria dos rondonienses” no churrasco comemorativo da nova visita da equipe do *Globo Rural* à fazenda Nossa Senhora Aparecida, de propriedade de Geraldo Cândido da Silva Filho”, mais

de uma década depois que outra reportagem do programa havia registrado a chegada dos migrantes à região onde hoje se localiza o município de Alto Alegre dos Parecis.

O parlamentar ressaltou sua satisfação por ver divulgados os méritos de Rondônia no campo rural, citando os noticiários adversos que normalmente envolvem o estado. “Uma hora é a Rondônia que devasta seus ricos recursos naturais, que faz as queimadas enormes e que destrói sua biodiversidade. Em outro momento, o tema das acusações é a violência no campo, que gera

intranquilidade e mortes”, afirmou.

— Mas tudo isso deve ser relevado a um plano secundário, pois o povo de Rondônia tem demonstrado, por meio de intenso trabalho, a capacidade de superar desafios e de dar bons exemplos. Aproveito para dizer que somos reconhecidos pela divulgação positiva da atividade produtiva dos agricultores de Alto Alegre dos Parecis, Santa Luzia, Alta Floresta d’Oeste e Parecis — destacou Moreira Mendes. O senador elogiou ainda em seu pronunciamento a contribuição da Cooperativa de Crédito Rural de Alto Alegre dos Parecis (Altocredi)



Moreira Mendes: o povo rondoniense tem demonstrado capacidade de superar desafios e dar bons exemplos

para o desenvolvimento agropecuário na região. Ele também anunciou para breve o início de operação de uma central de crédito, que deverá reunir diversas cooperativas

de crédito de Rondônia e do Acre. Moreira fez questão de destacar o trabalho da prefeita de Alto Alegre dos Parecis, Vitória de Fátima Betelli da Silva.

# Alcântara destaca conferência contra o racismo

Senador considera oportuna a iniciativa da ONU diante dos freqüentes episódios de manifestação violenta de racismo e adverte que o Brasil está longe de tornar-se “um paraíso de igualdade racial”

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) anunciou a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, que deve acontecer em agosto de 2001, na África do Sul. O evento, que será promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU), tem o objetivo de ampliar a consciência mundial sobre essas questões e discutir soluções viáveis para o seu equacionamento, informou o senador.

Lúcio Alcântara considera a iniciativa oportuna em razão dos freqüentes incidentes de manifestação violenta de racismo e diz que, apesar da capacidade de indignação do brasileiro diante do fuzilamento de um estudante africano por policiais norte-americanos, por exemplo, o país ainda está longe de tornar-se “um paraíso de igualdade racial”.



Lúcio Alcântara

– O mito da democracia racial é talvez o mais falso e insidioso sobre nossa cultura e nacionalidade – afirmou.

Para dar suporte a essa afirmação, o parlamentar cearense invocou pesquisas realizadas pelo instituto Datafolha e pela Universidade Federal Fluminense (UFF) demonstrando que, por trás de “máscaras de tolerância”, o brasileiro médio é muito preconceituoso. Enquanto o Datafolha constatou que os negros brasileiros têm menor grau de escolaridade e salários inferiores aos

dos brancos, a UFF revelou que 46% dos entrevistados sobre a razão de conflitos entre negros e brancos queixaram-se de que os negros querem as mesmas condições dos brancos, como se esse não fosse um direito.

Outra preocupação evidenciada por Alcântara refere-se ao aumento no número de sites sobre racismo na Internet, muitos defendendo idéias nazistas e negando o



holocausto judeu na Segunda Guerra Mundial. O senador tucano admite a possibilidade de o Brasil nunca conseguir se libertar dos sentimentos racistas arraigados na sociedade, mas considera que essa conferência das Nações Unidas poderá ajudar a desencadear um processo de reflexão sobre a distância entre o mito da democracia racial e a realidade vigente no país.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

1h – *Cidadania* – Sen. Laurio Campos e o cineasta Silvio Tendler falam do filme *Castro Alves, retrato falado de um poeta*  
 2h – *Saúde/Unip* – Impacto do câncer  
 2h30 – *Jornal do Senado*  
 3h – *Cores do Brasil* – Sergipe  
 3h30 – *Entrevista* – Sen. Ricardo Santos fala sobre a produção de café  
 4h – *Jornal do Senado*  
 4h30 – *Saúde/Unip* – Impacto do câncer  
 5h – *TV Escola* – *Paisagens Brasileiras* – Aldeia indígena – Marabá (PA)  
 5h30 – *Cores do Brasil* – São Luís do Maranhão  
 6h – *Saúde/Unip* – Impacto do câncer  
 6h30 – *Cidadania* – Sen. Laurio Campos e o cineasta Silvio Tendler falam do filme *Castro Alves, retrato falado de um poeta*  
 7h30 – Subcomissão do Judiciário (gravado)  
 14h30 – Sessão Plenária (vivo)  
 18h – Subcomissão do Judiciário (vivo)

21h – *Jornal do Senado*

21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h – *Agenda Senado*  
 Em seguida – Música e informação  
 14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)  
 Em seguida – Música e informação  
 18h – Subcomissão do Judiciário  
 19h – *A Voz do Brasil*  
 Em seguida – Música e informação  
 20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste  
 Em seguida – Música e informação  
 21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste  
 Em seguida – Música e informação  
 21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste  
 Em seguida – Música e informação  
 0h – Sessão Plenária do Senado (reprise)  
 Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

## Arlindo Porto elogia posição da comunidade acadêmica brasileira

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) pediu o registro nos Anais do Senado do discurso *Educar para vencer desigualdades*, que seria pronunciado pela presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Glaci Zancan, no encerramento da 52ª Reunião da entidade,



Porto mostra a importância da reunião anual da SBPC, realizada em julho

no mês passado, por considerar que “representa o pensamento da comunidade acadêmica brasileira”.

O discurso não foi proferido devido à interrupção da solenidade em consequência da agressão sofrida pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardemberg,

por parte de um manifestante.

Segundo Arlindo Porto, Glaci Zancan estabeleceu a convergência entre o progresso científico e os problemas nacionais ao afirmar que “o grande desafio para o Brasil é utilizar a ciência e a tecnologia para romper o ciclo de miséria e de injustiça social, incorporando à cidadania 70 milhões de brasileiros hoje marginalizados”. Glaci Zancan propõe, no discurso, “uma educação científica voltada para a transformação do mundo, que estimule a criatividade e dê a todos a perspectiva de sucesso como forma mais

eficiente de superar desigualdades”.

Arlindo Porto lamentou que o recesso parlamentar de julho, os compromissos com as bases e o ano eleitoral tenham impedido que o Congresso Nacional acompanhasse mais de perto a 52ª Reunião Anual da SBPC. Ele destacou a importância do evento, que reuniu sete mil inscritos em sua programação sênior e três mil na SBPC Jovem.

A reunião foi aberta à comunidade e diariamente circularam pelo local da reunião, a Universidade de Brasília (UnB), cerca de 15 mil pessoas, “todas atraídas por temas que parecem tão distantes, no entanto tão profundamente importantes para o desenvolvimento do país: ciência, educação, tecnologia”, disse Arlindo Porto.

## Projeto regulamenta profissão de cerimonialista

Projeto do senador Arlindo Porto que regulamenta a profissão de cerimonialista tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa. O projeto define quem poderá exercer a profissão de cerimonialista, técnico e auxiliar, e elenca também suas atividades.

Segundo a proposta, o cerimonialista faz planejamento, pesquisa, administração, coordenação e execução de projetos de cerimonial, entre outras atribuições. O texto prevê a criação do Conselho Fe-

deral de Cerimonial e seus conselhos regionais, que terão a competência de fiscalizar o exercício da profissão, e determina que é privativa do cerimonialista a responsabilidade técnica por eventos de cerimônia e solenidades.

Na justificativa da matéria, o senador explica que o Comitê Nacional de Cerimonial Público entende que é necessário criar parâmetros para uma profissão que cresce a cada dia, sendo que hoje praticamente todos os órgãos dos três Poderes e da atividade

privada contam com serviço de cerimonial.

– Precisamos estabelecer os direitos e as obrigações de todos que desenvolvem esse trabalho, para o qual estão migrando profissionais das mais diversas atividades e formações – disse Arlindo Porto.

Para o senador, sem normatizar os procedimentos da profissão, “difícilmente vamos agir como os países mais adiantados do mundo, apesar de o brasileiro estar desenvolvendo um cerimonial de alto nível”.



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínima) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

# Osmar sugere formas de ampliar fiscalização do TCU

Acesso irrestrito dos parlamentares a processos e auditorias em andamento e a prestação de contas ao Congresso a cada dois meses são algumas das alterações incluídas pelo senador em projeto que aguarda deliberação da CCJ

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) apresentou projeto que estabelece parâmetros para a fiscalização do Congresso Nacional sobre o trabalho realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Destaca-se, entre as sugestões, a obrigatoriedade de o TCU permitir a qualquer parlamentar o acesso irrestrito e direto a todos os processos e auditorias em andamento no tribunal, inclusive aquelas ainda não julgadas pelo Plenário. A matéria foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa.

Segundo a proposição de Osmar Dias, o presidente do TCU também será obrigado a comparecer bimestralmente a audiências no Congresso Nacional para informar e explicar as ações do tribunal, como também explicitar a política de controle que está sendo implementada pelo órgão.

O projeto de Osmar Dias estabelece que todas as obras e serviços terceirizados da administração direta, autárquica ou fundacional que excedam a R\$ 20 milhões deverão ter um Certificado Anual de Regularidade, emitido pelo TCU, que comprove, de maneira conclusiva, o bom uso dos recursos públicos considerando-se a legalidade, a legitimidade e a economicidade.

O parlamentar também quer que o Executivo encaminhe ao Congresso a relação de todas as obras e serviços terceirizados feitos por dispensa de licitação ou inexigibilidade, informando o valor individual, a justificativa e o executante, para que o TCU possa definir auditorias.

O TCU (sede ao lado) deverá emitir anualmente para as obras e serviços terceirizados que excedam a R\$ 20 milhões certificado de regularidade...



...conforme proposta apresentada pelo senador Osmar Dias

Osmar Dias argumenta que os recentes fatos relacionados com o desvio de verbas na obra do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) serviu para evidenciar que o controle exercido pelo Congresso com o auxílio do TCU "apresenta-se ineficiente". Para o senador, o projeto visa aprimorar essas formas de controle, "estabelecendo mecanismos mais estritos de acompanhamento da despesa pública".

— O controle *ex-post* em todas as situações tem-se mostrado ineficiente. É necessário que sejam implementados programas de acompanhamento concomitante à execução das obras e serviços, assim como a necessidade de controle *a priori* de determinados editais — enfatizou Osmar Dias.



## Projeto profissionaliza nomeação de ministros

Outro projeto de lei apresentado pelo senador Osmar Dias profissionaliza e despolitiza a nomeação de ministros do Tribunal de Contas da União. Pela proposta, o candidato não pode ser filiado a nenhum partido político até cinco anos antes da indicação, deve ter pelo menos dez anos de experiência no serviço público, ter mais de 35 e menos de 65 anos de idade, além de não responder a processo judicial nem ter sofrido qualquer condenação.

Conforme o projeto de Osmar Dias, o candidato a ministro do TCU não pode ter participação acionária em nenhuma empresa que mantenha contrato com a administração pública, não pode ter movido processo judicial contra o governo em um período de cinco anos anteriores à indicação nem ter sofrido qualquer processo por parte do TCU no prazo de

teriores à sua indicação.

Se o projeto for aprovado pela CCJ e não receber qualquer recurso para manifestação do Plenário do Senado, seguirá diretamente para votação pela Câmara dos Deputados. O senador entende que "somente a profissionalização estrita dos quadros do TCU poderá permitir o melhor desempenho daquela instituição", explicou.

### PROVENTOS

Em outro projeto encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, o senador Osmar Dias quer acrescentar artigo à Lei 8.112, que trata do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

A proposta determina que o "servidor público, mesmo que aposentado, que estiver respondendo a processo judicial e não comparecer às audiências a que for intimado ou tornar-se foragido da Justiça, deverá ter a sua remuneração imediatamente suspensa até que se apresente às autoridades judiciais".

O parlamentar cita o exemplo do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, acusado de ser um dos principais responsáveis pelo superfaturamento da obra do TRT de São Paulo, para justificar o projeto. Mesmo como foragido da Justiça, Nicolau continua a receber dos cofres públicos cerca de R\$ 10 mil mensais de aposentadoria.



O caso do ex-juiz Nicolau Neto (foto) motivou Osmar a propor a suspensão da remuneração de servidor aposentado foragido

um ano antes da indicação, que será obrigatoriamente por lista tríplice a ser encaminhada ao Congresso Nacional.

Como o projeto que aperfeiçoa os mecanismos de fiscalização do tribunal, a proposta foi apresentada, segundo o parlamentar, devido ao escândalo do TRT de São Paulo e à constatação da ineficiência do sistema de controle exercido pelo Congresso Nacional e pelo TCU.

Enviada para exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde deverá ser votada em caráter terminativo, o projeto não apenas estabelece uma série de restrições para as futuras indicações para ministros do Tribunal de Contas da União, como também exige que os candidatos ao cargo encaminhem ao Congresso Nacional suas declarações de renda dos cinco anos an-

## TV Senado

Acompanhe, ao vivo, as transmissões das sessões plenárias do Senado, além das reuniões das comissões permanentes e especiais. Informe-se ainda sobre saúde, cultura e educação seguindo nossa programação.



TV SENADO





política e muito mais

Subsecretaria de Projetos Especiais - CSM